

ESTUDO DE CASO

Comunidade Vitória/Cachoeirinha

A semente da Revolução Agrária no norte de Minas Gerais

*"Vou contar uma pequena história
dos posseiros de Cachoeirinha...
viviam todos tranqüilos
criando porco, bode e até mesmo galinha
viviam todos em seu pedaço de chão
criando porco, galinha e até mesmo feijão
quando foi um belo dia
todos levaram um susto
que chegaram a dar um grito
de repente, apareceu, o maldito Manoelito
Ele chegou fazendo a maior judiação
destruindo todos os barracão
e queimando toda a alimentação
de nossos irmão...
alguns lhe perguntou: - qual a sua intenção?
Ele respondeu, com a voz mansinha:
- "a minha intenção é por todo mundo para correr
e ser dono de Cachoeirinha!"
Ficaram todos sem alimentação
e sem nenhum tostão na gibeira
prá acabar de completar,
chegou o Coronel Georgino
conhecido como Papagaio de Carvoeira
Ele chegou protegido, com seu Batalhão
E os posseiros protegidos com Jesus no coração
Uns foro para a cidade e outros pra debaixo do chão
agora nós mandamos um recado:
- "se Coronel Georgino viver e Manoelito aparecer
em Cachoeirinha eles num entra mais não!"*

(Poesia de Geraldo Lageado, camponês da Comunidade Vitória/Cachoeirinha, contando o primeiro despejo dos camponeses em 1967)

Informação geo-referencial



A Comunidade Vitória/Cachoeirinha está localizada na região norte de Minas Gerais, município de Verdelândia. A área está inserida na região sudeste do país, com latitude de 15°35'20" sul e longitude 43°36'10" a oeste. Limita com os municípios de Jaíba, Varzelândia, São João da Ponte e Janaúba. Entretanto, está a 570km da capital, Belo Horizonte, relacionando-se assim com outras regiões como Distrito Federal e Bahia. O município tem uma população aproximada de 8.346 habitantes, segundo a última contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2010. A área total de Verdelândia é 1.570.577 km².

O município de Verdelândia foi criado em 1997, resultado do desmembramento de áreas antes pertencentes aos municípios de Varzelândia e Barreiro do Rio Verde. A área também faz parte da região que engloba o projeto agroindustrial da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codesvaf). A região é banhada pelos rio Verde Grande, pelo córrego Arapuim, Macaúbas e pelos Riachos Catingão e Corgão. Verdelândia faz parte do bioma cerrado/caatinga (1) e apresenta clima semi-árido. A economia do município é baseada na agricultura e agropecuária.

Clasificación del caso

O caso dos camponeses de Cachoeirinha engloba três gerações de posseiros, que ocuparam a região norte de Minas Gerais desde o início do século XX, pelo menos. É um caso típico da ocupação de terras por posseiros no Brasil. Uma ocupação lenta e pacífica de terras devolutas e na qual a terra foi passada de geração a geração. Neste tipo de caso, a preocupação pela legalização da propriedade só se dá mediante o conflito com o Estado ou com outros atores que tentam questionar a propriedade da terra. Os camponeses de Cachoeirinha tiveram as terras tomadas por grandes fazendeiros, mas conseguiram o direito jurídico da posse de partes das terras, numa luta que se estendeu da década de 1950 a 2014. Porém, no caso de Cachoeirinha, há, ainda hoje, terras que não estão legalizadas e são passíveis de demanda judicial por parte de posseiros ou dos supostos proprietários rurais.

Terra de índios e negros

“ Os mais velhos contam a lenda de que Cachoeirinha começou dois século atrás. Contam que os negros libertos tavam procurando um lugar para viver e encontraram aqui, entre o Rio Verde e a Lagoa da Jaíba. Ali, do lado do rio tinha uma aldeia de índios, os Arapúas. Este povo teve seus conflitos, conviveu, se misturou e as famílias foram crescendo até chegar à gente ” (Sr. Jader, assentado na Comunidade Vitória).

A maior parte das pequenas cidades e povoados do Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia é formada por descendentes de negros e indígenas que se apossaram de terras devolutas (2) e desocupadas. Eles se instalaram ali naturalmente e construíram uma comunidade baseada na cultura de subsistência e colaboração entre os moradores, tão comum nas culturas que lhes deram origem.

Em 1946, outro fluxo migratório levou mais posseiros à região, atraídos pela construção da ferrovia na cidade de Janaúba, próxima à Cachoeirinha. Logo, por volta do final dos anos 1950, outros posseiros chegaram, quando a ferrovia foi finalmente ligada. Eram, principalmente, migrantes vindos do Nordeste.

Na década de 1950, o governo iniciou projetos estaduais de colonização. Em 1961, o governo estadual anunciou um grande plano de “reforma agrária” para levar o desenvolvimento capitalista ao norte de Minas Gerais. Foi somente neste momento que os camponeses tentaram legalizar as terras das quais se haviam apossado. Eles já estavam organizados, as Ligas Camponesas avançavam no país e a luta pela terra era um assunto cotidiano. Tentaram reuniões, ações judiciais, mas acabaram enrolados por

promessas e questões burocráticas e não conseguiram avançar no processo de regularização fundiária de suas terras.

Neste momento, grandes proprietários de terras, iniciaram um processo de apropriação de extensas áreas rurais na região. Compraram terras de antigos proprietários ou posseiros. Uma vez compradas algumas terras, se apossavam de mais e mais terras ao redor. Também falsificaram títulos de terras, enganaram pequenos proprietários e cometeram uma série de ilegalidades comuns na história agrária brasileira. Em 1964, com a instalação da ditadura militar, esse processo se aprofundou ainda mais, pois os latifundiários tinham todo o apoio dos governos locais e do próprio Estado como instituição.

O conflito de Cachoeirinha

O conflito de Cachoeirinha começou em setembro de 1964, em plena ditadura militar, num cenário de extrema repressão às classes populares urbanas e rurais do Brasil. Os senhores Sebastião Alves da Silva e Manoelito Maciel de Salles reivindicaram judicialmente 6.400 hectares de terra na região de Cachoeirinha. O Juiz de paz de São João da Ponte emitiu a decisão de desapropriação da terra. Os camponeses, instalados ali há séculos teriam que deixar sua terra e seu território.

A ação de despejo foi realizada no mesmo dia da emissão da ordem, 14 de setembro de 1964. Policiais e bandos armados a mando dos latifundiários participaram do despejo. Trinta e duas famílias foram expulsas com violência. Os camponeses entraram com uma ação judicial para retomar suas terras, três dias depois do despejo, mas perderam. Algumas famílias decidiram abandonar o local, mas a maior parte permaneceu por perto e continuou lutando pela posse das terras. Muitos, inclusive, retomaram suas terras. Viviam trabalhando a terra durante o dia, e dormindo escondidos na mata durante a noite.

Os campones continuaram lutando judicialmente contra os latifundiários, mas a justiça sempre deu ganho de causa aos grandes proprietários. Estes, por sua vez, não duvidaram de realizar todo tipo de crueldade contra os camponeses.

Em 1967, grande parte dos posseiros haviam retornado para suas terras e viviam sob a ameaça constante dos latifundiários. Com um novo mandato judicial, os coronéis despejaram os camponeses. Mas, desta vez, não foram só 32 famílias, mas 212. Os coronéis e latifundiários se apossaram do dobro das terras que a decisão judicial afirmava que lhes pertenciam. Roubaram e queimaram a lavoura, as casas e tudo que pertencia aos camponeses. Cerca de 15 mil hectares de terras foram tomados pelos latifundiários.

“Nós resistimos de todas as formas. Mas o papagaio de carvoeiro, o Coronel Georgino, atiçava o tempo todo. A gente resistia pra não abandonar a terra. Ele mandava jagunço

atiçar. A gente ia trabalhar e depois ficava escondido no mato. Só ficava no lote as mulheres e as crianças, algumas. Mas, mesmo assim eles mataram seis companheiros, o Antônio Manso, Ursino, Juarez, Marcionilo, Martim e o Preto Velho" (Sr. Sula, liderança histórica dos camponeses da Comunidade Cachoeirinha/Vitória).

Entre 1964 e 1971, o período mais violento do conflito, no qual os latifundiários os fizeram de tudo para expulsar os camponeses, seis camponeses adultos foram assassinados. A vida dos camponeses mudou completamente após o Massacre.

"A gente não tinha trabalho com salário, era tudo na base do mutirão, de um ajudar o outro. Aqui também a gente quase não comprava nada fora, a gente trocava com os próprios vizinhos. Mas depois que a gente foi expulso da Cachoeirinha tudo mudou. Tivemos que trabalhar por salários muito pequenos e comprar tudo. Além disso, nas fazendas grandes eles só produzem um tipo de coisa e principalmente gado, um tipo de gado que nem era daqui, trouxeram tudo de fora. Tudo isso mudou demais a vida da gente. " (Dona Nininha, remanescente da antiga comunidade Cachoeirinha e assentada na Comunidade Vitória).

Em 1968, os camponeses continuavam questionando judicialmente a posse das terras. Naquele ano, foram até Brasília para falar com o presidente Costa e Silva – em plena ditadura militar. O ditador prometeu “olhar o que fazer”. Mas nada foi feito.

Em 1971, após uma enchente do Rio Verde, as famílias ficaram isoladas, vivendo no mato, sem possibilidade de conseguir alimentos e 64 crianças acabaram falecendo.

"Porque o pessoal não tinha casa, não tinha cama pra pôr as crianças. Ficou lá deitado debaixo dos paus, no relento, no sol, no sereno, deitado no chão forrado de jornal, com fome. Inclusive é através disso tudo é que traz a nossa luta por essa terra, a implicância por essa terra. É porque não foi só a terra, foi o sofrimento do povo". (Depoimento de Sr. Sula, remanescente da luta de Cachoeirinha)

O mais chocante para a comunidade da região foi a morte de 64 crianças. As mortes ocorreram em virtude da situação de miséria e dificuldade enfrentada pelas famílias. Desde 1964, muitas famílias camponesas passaram a viver escondidas no mato, tentando plantar e colher em suas antigas terras, fugindo e se escondendo da polícia, dos latifundiários e seus bandos armados. Devido a isto, na região, o conflito é conhecido e chamado de Massacre de Cachoeirinha, pois para a população local as mortes, a perda das terras, de seu modo de produção de subsistência e de sua forma de reprodução social significou a maior violência que poderia ser cometida. Sr. Sula conta que *"As mulheres ficaram loucas ao perder os filhos e botaram fogo nas fazendas".*

Também, na mesma época, o preto velho Martim Fagundes, uma das lideranças dos camponeses foi fuzilado na cidade de Janaúba.

A desapropriação em 1983

Os camponeses seguiram lutando pela posse das terras de Cachoeirinha por décadas. Nos anos 1980, o poder da ditadura militar e dos coronéis começava a decair e o movimento pela redemocratização tomou muita força. Era o momento ideal para retomar a Cachoeirinha.

“Em 81, a gente não aguentava mais e junto com quase 80 famílias decidimos retomar uma parte do nosso território. Entramos e começamos a preparar o plantio. Tivemos muito apoio, de todo lado, de Montes Claros, Belo-Horizonte, de Minas Gerais inteira. Mesmo assim a polícia veio e prendeu 10 companheiros. Nós continuamos aqui, resistindo. Não saímos” (Geraldo Lageado, assentado na Comunidade Vitória).

Os camponeses pediram a Tancredo Neves, então candidato a governador, o compromisso de desapropriar as terras para os camponeses. Em 1983, Tancredo foi eleito. Em 06 de outubro do mesmo foi emitido um decreto declarando “de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, áreas de terras e benfeitorias situadas no 8º distrito de Cachoeirinha, município de Varzelândia”. As terras estavam em péssimo estado e puderam assentar apenas 55 famílias.

Em 1983, uma nova ocupação levou 39 famílias à fazenda Catité para plantar, também na região de Cachoeirinha. Recomeçaram as negociações, mas só duas fazendas foram, finalmente, desapropriadas: 33 famílias na Catité, com 25 hectares cada uma e 45 famílias na União, com 6 hectares. Cento e vinte e duas famílias restantes ficaram pelo caminho, entre cadastros e burocracias. Estas famílias passaram a fazer parte de um esquema cruel. Um dos líderes do movimento criou uma lista de espera com estes nomes, passou a cobrar a inclusão de nomes e mais nomes nesta lista de espera, gerando intrigas e desmobilização na luta pela terra na região.

Estas manobras com o cadastro duraram anos, até que em 1995, essa liderança teve sua influência neutralizada. A Liga dos Camponeses Pobres estava começando a se estruturar no Norte de Minas de Gerais e organizou 212 famílias constante da famosa lista de inscrição. Elas ocuparam a sede do Distrito de Irrigação no Mocaminho e acamparam na beira do rio São Francisco, exigindo as terras negociadas com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do rio São Francisco. Estas 212 famílias já não eram os antigos moradores de Cachoeirinha, expulsos em 1964, mas familiares e pessoas que haviam chegado à região e também precisavam de terras.

Linha do tempo

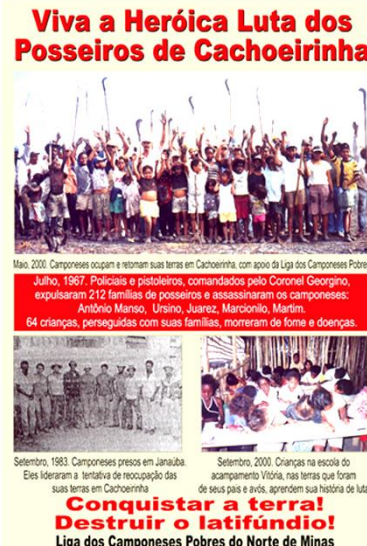
1946: Início da migração

1964: Início do conflito

1981: Primeira reocupação



1983: Primeira desapropriação legal e segunda reocupação



2000: Ocupação da Comunidade Vitória



2014: Legalização da Comunidade Vitória



30 anos lutando

Em 08 de maio de 2000, mais 100 famílias retomaram outra parte das terras da Comunidade Cachoeirinha. Essa área foi chamada pelos camponeses de Acampamento Vitória e corresponde à antiga Fazenda Ypiranga. Logo após a ocupação, lançaram o seguinte manifesto: *"Não aceitamos ser enrolados. É tempo de fazer roça, de preparar a terra. Em vez disso, ficam pedindo para sairmos da terra e falam que querem paz e não violência. Em troca nos oferecem mais não sei quantos anos em filas de espera, miséria e opressão".*

Mas os grandes fazendeiros da região não viram a nova ocupação com bons olhos. Os camponeses foram perseguidos por jagunços. *"Tinha jagunço aqui sempre. Eles vinham e disparavam contra o Acampamento e depois iam embora. Era assim quase todo dia"*, conta Sr. Santo, assentado na Comunidade Vitória.

Os camponeses passaram anos e anos brigando pela desapropriação destas terras na justiça de Minas Gerais (MG). Em julho de 2013, o juiz Octávio de Almeida Neves, da Vara Agrária de MG emitiu uma decisão de reintegração de posse contra as famílias. Neste momento, os camponeses já tinham um documento de posse que lhes havia sido entregue pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER-MG), anos antes. Com

este documento, os camponeses acreditavam que tinham o direito legal de permanecer em suas terras. No dia 21 do mesmo ano, a comunidade bloqueou a rodovia MG422 em protesto contra a reintegração de posse.

Em 11 de novembro realizaram um novo ato. Fecharam a Rodovia 401, em Verdelândia, solicitando solução para o caso da Comunidade Vitória e de outras 40 áreas em litígio na região.

“Não fazia muito tempo, habíamos realizado uma audiência pública com o Incra em Montes Claros, onde apresentamos uma pauta com problemas de mais 40 áreas, todos gravíssimos, e que temos enfrentado com nossas próprias forças há mais de 15 anos e durante todos esses anos temos cobrado do Estado uma solução. Várias destas famílias vivem ameaçadas permanentemente por ordens de reintegração de posse. Ameaçadas pelos latifundiários através de provocações e ação de pistoleiros. Vivemos perseguidos pelos órgãos ambientais. Acossados pelas mineradoras e por todo tipo de corporação”, explica Sr. Sula.

Os camponeses receberam apoio de todo o país e conseguiram que, em 21 de outubro de 2014, o Tribunal de Justiça reconhecesse, finalmente, o direito de posse das terras pelos camponeses da Comunidade Vitoria. Essa decisão anulou a liminar de reintegração de posse que havia sido concedida em 2013. A decisão também reconheceu a validade dos títulos emitidos entregues às famílias pelo ITER – MG, que considera as terras da fazenda Ypiranga um dos tantos latifúndios que invadiram as terras dos posseiros desde a década de 1960, e decidiu por incluir a propriedade no processo de regularização fundiária promovido pelo governo estadual.

Para comemorar, os camponeses saíram às ruas da cidade. Junto às famílias que foram assentadas, marcharam os camponeses que participaram das batalhas de 1960 e 1980 pelas terras da Cachoeirinha. Após essa manifestação, Cleomar Rodrigues, dirigente da LCP do Norte de Minas e Sul da Bahia foi assassinado em uma emboscada, quando retornava a Pedras de Maria da Cruz, onde residia.

Cachoeirinha foi a semente

Atualmente, 50 anos depois do maior conflito agrário do Norte de Minas, a região do Cachoeirinha, concentra o maior número de áreas de reforma agrária do estado de Minas Gerais. Há 18 áreas, entre acampamentos e assentamentos: Santa Clara, Vitória, Verde Água e Brejo dos Crioulos, Caitité, União, Boa Esperança, Arapuá, Arapuim, Verde Minas, Betânia, Serrana, Bom Jardim, Lagoinha, Volta da Serra, Bom Sucesso, Modelo e Nova Esperança; sendo a área total desses assentamentos correspondente a, aproximadamente, 20% da área total do município de Verdelândia.

Hoje, Verdelândia é um município que respira um ar verdadeiramente camponês, em que pese várias áreas que ainda são dominadas pelo latifúndio. É uma comunidade que não esqueceu nem abandonou sua cultura tradicional, fortemente marcada pela influência indígena e africana e faz questão de recordar a memória da luta dos posseiros de Cachoeirinha.

Os assentamentos União e Caitité, primeiros assentamentos do município de Verdelândia, são constituídos pelos posseiros que lutaram na década de 1960. Os outros assentamentos, como a comunidade Vitória, e acampamentos são formados por familiares, filhos, e novos camponeses pobres que chegaram à região. A organização de décadas dos primeiros posseiros de Cachoeirinha é, ainda hoje, referencia para os novos lutadores da reforma agrária.

De batalhas e vitórias

Os camponeses realizaram por conta própria a divisão da terra, chamada por eles de Corte Popular. Hoje, plantam e colhem diversos produtos, além de produzir carne, leite e outros mantimentos que abastecem o comércio de Verdelândia e outros municípios da região. Vivem em casas de alvenaria e transitam em estradas que eles mesmo construíram. Além disso, construíram reservatórios de água, conquistaram luz elétrica e muitas benfeitorias para a comunidade.

As mulheres se organizam para processar coletivamente a mandioca, produzindo farinha e polvilho. Elas se dividem entre as que raspam, outras passam no processador, outras lavam e outras colocam a massa na prensa. Logo, também se dividem para nos fornos para cozinhar e torrar a farinha.

A produção dos camponeses é tão satisfatória que, conta o Sr. Jader, que ao ser procurado por uma funcionária do governo para o cadastro de recebimento de cesta básica de alimentos para famílias carentes, respondeu: *“Aqui na roça, moça, ninguém precisa de cesta-básica. Precisa de trator e dinheiro prá tocar a terra. O povo na rua precisa de cesta-básica, porque não tem recurso. Mas, aqui não.”*

O trabalho coletivo é um dos pontos fortes de todos os camponeses da área de Cachoeirinha, principalmente dos assentamentos União, Catité (as primeiras ocupações) e Vitória (a última ocupação). É comum ver os vizinhos se visitando e se ajudando. No Assentamento Catité, por exemplo, um dos camponeses possui um curral de embarque de gado, que sempre é emprestado aos que necessitam. Outro, possui uma máquina de moer ração que também acaba ajudando a todos os assentados.

Além de trabalhar, os camponeses também se divertem. Há duas casas comerciais na região, que nos fins de semana promovem shows bastante concorridos pela juventude.

A escola da região está no Assentamento União. Nos fins de semana também são promovidos eventos esportivos na quadra da escola.

Notas

1. A região se encontra no cruzamento entre os biomas Cerrado e Caatinga. O bioma Cerrado é caracterizado pela presença de uma grande variedade de paisagens; mais de 10 mil espécies de plantas e 2 mil animais. A vegetação vai do campo às matas e engloba mais de 2 milhões de quilômetros quadrados. Pode ser encontrado nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Piauí e Distrito Federal, mas traços deste bioma também podem ser encontrados em outros estados. Há duas estações bem definidas, uma quente e seca - o inverno - e outra quente e chuvosa - o verão.

Já a Caatinga é o bioma mais expressivo da região nordeste e ocupa 850 mil quilômetros quadrados. Abrange os estados do Ceará, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e partes do Maranhão e Minas Gerais. Há cerca de 900 espécies de plantas. Apresenta um clima quente e chuvas irregulares, sendo um ambiente vulnerável.

2. São consideradas terras devolutas as "terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Para estabelecer o real domínio da terra, ou seja, se é particular ou devoluta, o Estado propõe ações judiciais chamadas ações discriminatórias. A Constituição inclui entre os bens da União as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental e à defesa das fronteiras, das construções militares e das vias federais de comunicação. As demais terras devolutas pertencem aos estados". In: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/81573.html>; Acesso em 12 de dezembro de 2014.

Créditos

Comunidade Vitória/Cachoeirinha

Sistematização de Ana Lúcia Nunes y entrevistas de Mário Lúcio de Paula

Fotos de Mário Lúcio de Paula y de arquivo cedidas pela Liga de Camponeses Pobres e Jornal A Nova Democracia

Reportagens

<http://www.anovademocracia.com.br/no-121/5064-mg-camponeses-bloqueiam-rodovias>

Indicações bibliográficas para ampliar as informações

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. AS SEMENTES DA LUTA: O CONFLITO AGRÁRIO DE CACHOEIRINHA - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado PPGDS - Unimontes, 2009.

SANTOS, Sônia Nicolau. À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha. 1985. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

A heroica saga dos camponeses da Cachoeirinha (Ed. 5, junho de 2000, Terra Nossa, informativo da LCP de Norte de Minas)

Comunidade Vitória/Cachoeirinha, agosto de 2015

Galería de imágenes













BRASIL
MOVIMENTO
REGIONAL
POR LA TIERRA

MINAS GERAIS — Parte I

Diário do Executivo

Sexta-feira, 7 de outubro de 1983 — 3

Tancredo: justiça aos posseiros

Definindo o ato como mais uma etapa da reforma agrária mineira, que, segundo ele, "será justa, humana e cristã", o governador Tancredo Neves presidiu ontem, às 18 horas, no Palácio da Liberdade, a assinatura de decreto propondo a desapropriação "amigável ou judicial" de uma faixa de terra com mais de 13 mil hectares, beneficiando várias famílias do Norte de Minas.

Ao propor a desapropriação, o Governo mineiro tenta solucionar de vez um problema iniciado em 1967, quando 212 famílias foram desapropriadas em Cachoeirinha, município de Varzelândia, no Norte de Minas. Hoje, 75 famílias ainda lutam para reaver as terras, segundo revelaram os posseiros que estiveram ontem com o governador do Estado.

PROBLEMA

Segundo o governador Tancre-



Fotos Erotides Silva/AIRP

Decreto assinado por Tancredo beneficia várias famílias do Norte de Minas

do Neves, o conflito de disputas de terras não é um problema mineiro e sim nacional. Ele disse que espera solucionar a questão de Cachoeirinha de modo que apenas os posseiros que lá vivem há vários anos tenham a terra para plantar, salientando que "não é justo o Governo

fazer uma desapropriação com dinheiro do povo para enriquecer quem já tenha posse".

Numa demonstração que o seu Governo está totalmente solidário com os posseiros, Tancredo Neves designou uma comissão, que — supervisionada pelos secretários Arnaldo Rosa Prata, da Agricultura, e Ronan Tito, do Trabalho, e representantes da RURALMINAS e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura — cuidará para que a questão seja resolvida no menor tempo possível.

Ao encerrar a solenidade, que contou com as presenças do secretário Ronan Tito, do deputado José da Conceição, do chefe da Assessoria Técnico-Consultiva, Simão Cassanta, e outras autoridades, o governador manifestou-se feliz por ser o primeiro mandatário mineiro a desapropriar uma faixa tão grande de terras "para fazer justiça aos posseiros".





BRASIL
MOVIMIENTO
REGIONAL
POR LA TIERRA

